



TERMO DE REFERÊNCIA

Processo Administrativo nº 1402001/2025/SEPLAGE

1. DESCRIÇÃO DO OBJETO

SERVIÇOS DE CONTROLE DE PRAGAS E HIGIENIZAÇÃO

2. ÓRGÃO GERENCIADOR

2.1. Órgão/Entidade: Secretaria Municipal de Suprimentos e Licitação – SUPRI

2.2. Órgãos Participantes

- a) Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo – **SEMOB.**
- b) Secretaria Municipal de Assistência Social – **SEMAS.**
- c) Secretaria Municipal de Habitação – **SEHAB.**
- d) Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Serviços – **SEMICS.**
- e) Secretaria Municipal de Infraestrutura e Desenvolvimento – **SINFRA.**
- f) Subprefeitura do **Jaderlândia** de Castanhal/PA.
- g) Secretaria Municipal de Administração – **SEMAD.**
- h) Secretaria Municipal de Finanças – **SEFIN.**
- i) Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Agrário – **SEMADA.**
- j) Secretaria Municipal de Trânsito e Transporte – **SEMUTRAN.**
- k) Secretaria Municipal de Suprimentos e Licitações – **SUPRI.**
- l) Secretaria Municipal de Meio Ambiente – **SEMMA.**
- m) Secretaria Municipal de Esporte e Lazer – **SEMEL.**
- n) Secretaria Municipal de Educação – **SEMED.**
- o) Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão – **SEPLAGE.**

3. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 3.1. CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE CONTROLE DE PRAGAS E HIGIENIZAÇÃO
- 3.2. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns e de natureza continuada, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 3.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme lei nº 14.133/2021;
- 3.4. O prazo de vigência da contratação é de 12 meses contados da data da última assinatura eletrônica do contrato, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 3.5. A duração dos contratos regidos por esta Lei será a prevista em edital, e deverão ser observadas, no momento da contratação e a cada exercício financeiro, a disponibilidade de créditos



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES



orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro. Lei nº 14.133, de 2021;

- 3.6. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

4. CONSOLIDAÇÃO SOBRE VIGÊNCIA DE ATA

- 4.1. Nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, a ata de registro de preços terá vigência de 12 (doze) meses, admitida prorrogação por igual período, desde que comprovada a vantajosidade para a Administração, conforme encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.
- 4.2. Em razão da natureza essencial e continuada do objeto destaca-se a possibilidade jurídica de renovação dos quantitativos da Ata de Registro de Preços, como instrumento legítimo de racionalização das contratações públicas e de preservação do interesse público, conforme encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

5. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 5.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar.

6. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO

- 6.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares.

7. DOS ITENS A SEREM LICITADOS:

ITEM	DESCRIÇÃO	APRES.	QTD.	VALOR UNITÁRIO MÉDIO POR ITEM (R\$)	VALOR TOTAL POR ITEM (R\$)
LOTE 01 - DEDETIZAÇÃO EM GERAL					
Item 01	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO EM GERAL: Desinsetização, Desratização, Controle e retirada de abelhas, Controle de Caramujos e demais insetos nocivos, bem como baratas, formigas, cupins, pulgas, carrapatos, traças, percevejos e escorpiões, todo e qualquer controle integrado de pragas.	M²	120166,10	3,68	R\$ 442.211,25
VALOR TOTAL DO LOTE 1 - R\$ 442.211,25					
LOTE 02 - DE LIMPEZA DE FORRO E CONTROLE MICROBIOLOGICO					
Item 02	SERVIÇO DE LIMPEZA DE FORRO E CONTROLE MICROBIOLOGICO: Certificar que não há fio desencapado no local, abrir parte do telhado para desalojar possíveis animais existentes no interior do forro, aspirar, varrer e soprar a parte interna do forro e retirar os detritos sólidos recolhidos no interior do forro.	M²	74382,44	9,63	R\$ 716.302,90
VALOR TOTAL DO LOTE 2 - R\$ 716.302,90					
LOTE 03 - AFUGENTAMENTO DE MORCEGOS E POMBOS					



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES



Item 03	SERVIÇO DE AFUGENTAMENTO DE MORCEGOS E POMBOS EM AREAS INTERNAS E EXTERNAS DAS INSTALAÇÕES PÚBLICAS: vedação de vãos de acesso em forros de telhado, saídas de tubulações de serviço e outros espaços com estrutura de tela, tapumes ou argamassas conforme a característica do local; vedação das aberturas que dão acesso aos animais; emprego de sons para afugentar a espécie (choque de estruturas metálicas, sons miméticos de predadores); ou outros métodos presentes no mercado e que comprovadamente mais eficazes, desde que de acordo com as normas dos órgão ambientais.	M²	91628,04	9,06	R\$ 830.150,04
VALOR TOTAL DO LOTE 3 - R\$ 830.150,04					
LOTE 04 – HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUAS					
Item 04	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 1.000 LITROS: Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	152	560,00	R\$ 85.120,00
Item 05	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 2.000 LITROS: Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	73	525,00	R\$ 38.325,00
Item 06	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 3.000 LITROS: Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	59	1.125,00	R\$ 66.375,00
Item 07	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 5.000 LITROS: Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	53	1.037,93	R\$ 55.010,29
	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 6.000 LITROS: Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos				



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES



Item 08	resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	32	1.210,00	R\$ 38.720,00
Item 09	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 10.000 LITROS: Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	29	1.530,00	R\$ 44.370,00
Item 10	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 30.000 LITROS: Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	12	3.740,00	R\$ 44.880,00
Item 11	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 40.000 LITROS: Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	12	4.680,00	R\$ 56.160,00
Item 12	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 60.000 LITROS: Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNIDADES	12	5.450,00	R\$ 65.400,00
VALOR TOTAL DO LOTE 4 - R\$ 494.360,29					
LOTE 5 - DESRATIZAÇÃO					
Item 13	SERVIÇOS DE DESRATIZAÇÃO: controlar de forma abrangente a infestação de ratos, camundongos e ratazanas, com utilização do raticida granulado e parafinado (bloco), grupo químico: anticoagulante derivado da hidroxycumarina, ingrediente ativo: brodifacoum a 0,005%, ou similar – GRAU LEVE DE INFESTACÃO.	M²	83360,44	2,81	R\$ 234.242,84
	SERVIÇOS DE DESRATIZAÇÃO: controlar de forma abrangente a infestação de ratos, camundongos e ratazanas, com				R\$ 216.052,98



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES



Item 14	utilização do raticida granulado e parafinado (bloco), grupo químico: anticoagulante derivado da hidroximarina, ingrediente ativo: brodifacoum a 0,005%, ou similar – GRAU MODERADO DE INFESTAÇÃO.	M²	78564,72	2,75	
Item 15	SERVIÇOS DE DESRATIZAÇÃO: controlar de forma abrangente a infestação de ratos, camundongos e ratazanas, com utilização do raticida granulado e parafinado (bloco), grupo químico: anticoagulante derivado da hidroximarina, ingrediente ativo: brodifacoum a 0,005%, ou similar – GRAU AVANÇADO DE INFESTAÇÃO.	M²	83464,72	2,63	R\$ 219.512,21
VALOR TOTAL DO LOTE 5 - R\$ 669.808,03					

8. BENEFÍCIOS PARA ME E EPP

8.1. A justificativa, a fundamentação e as premissas de participação destinadas às ME e EPP encontram-se devidamente detalhadas em tópico específico do ETP, no qual se expõe, de forma aprofundada, os benefícios e as condições que amparam o tratamento diferenciado previsto em lei.

8.1.1. Este processo contará com a aplicação do benefício de margem de preferência local de até 10% sobre o melhor preço válido em favor das microempresas e empresas de pequeno porte estabelecidas na região metropolitana de Belém: **Belém, Ananindeua, Marituba, Benevides, Santa Bárbara do Pará, Santa Isabel do Pará, Castanhal e Barcarena**, fortalecendo a economia regional e promovendo maior competitividade entre os fornecedores do município, termos do §3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006.

8.1.2. Não haverá item exclusivo para ME/EPP, conforme justificativa constante no ETP.

8.1.3. Nos termos do art. 44 da LC nº 123/2006, será assegurada preferência de contratação para ME e EPP como critério de desempate.

8.1.4. Na plataforma, será considerado empate quando a proposta de ME/EPP for de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, hipótese em que a ME/EPP será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior à primeira colocada, de forma automática pela própria plataforma, conforme rito estabelecido na legislação aplicável e no edital.

8.1.5. O benefício regional será aplicado **sem prejuízo** do rito do DESEMPATE.

8.2. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL E PREMISSAS DE PARTICIPAÇÃO (BENEFÍCIOS P/ ME E EPP)

8.2.1. A presente contratação observará o tratamento diferenciado concedido às Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, nos termos da Lei Complementar nº 123/2006, em especial os arts. 42 a 49, aplicáveis às licitações e contratos pela regra do art. 4º da Lei nº 14.133/2021.

8.2.2. Para fins de aplicação prática, o limite de enquadramento será o seguinte:

- ✓ ME: receita bruta anual de até R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais);



- ✓ EPP: receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 até R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais).
- 8.2.3. Ressalte-se que tais limites devem ser aferidos de acordo com o faturamento declarado no último ano-calendário encerrado ou, no caso de empresas recém-criadas, pela projeção anualizada de sua receita bruta.
- 8.2.4. Ademais, conforme § 2º do art. 4º da Lei nº 14.133/2021, somente poderão usufruir dos benefícios as empresas que, no ano da licitação, não tenham celebrado contratos com a Administração Pública cuja soma ultrapasse o limite de enquadramento de EPP ou ME.
- 8.2.5. Nas hipóteses de contratos com vigência superior a 12 (doze) meses, para efeito de cálculo, será considerado o valor anual do contrato e não o montante global.

9. FORMATO DE EXECUÇÃO

- 9.1. Estes serviços serão prestados de forma parcelada, eventual e futura, conforme necessidade, disponibilidade orçamentária e cronograma de planejamento de cada secretaria e fundo, de acordo com o sistema de registro de preço previsto no Estudo Técnico Preliminar.

9.2. EXIGÊNCIA DE GARANTIA DA PROPOSTA.

- 9.2.1. A exigência de garantia da proposta encontra amparo no art. 58, § 1º, da Lei nº 14.133/2021, sendo proposta de forma excepcional, porém devidamente justificada no Estudo Técnico Preliminar, diante de fatores concretos que recomendam a adoção de medidas de maior cautela e controle.
- 9.2.2. Visando evitar propostas temerárias, desistências injustificadas e prejuízos à eficiência da contratação, será realizada a exigência da garantia da proposta como medida de proteção ao interesse público. Tal garantia, limitada a 1% do valor estimado da soma dos lotes que o licitante pretende disputar, conforme previsão legal, poderá ser prestada por quaisquer das formas previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021, a saber:
- ✓ **Caução em dinheiro ou título de dívida pública:** Esta deverá ser efetuada mediante depósito identificado em favor do Município de Castanhal. Caso a empresa opte por esta modalidade, poderá solicitar os dados da conta bancária da Prefeitura. Conta para depósito de Caução. Banco Banpará: 037 Agência: 002 Conta: 115620-9
 - ✓ **Seguro-garantia:** a empresa deverá procurar seguradora devidamente autorizada pela SUSEP, emitindo apólice que indique expressamente tratar-se de garantia de proposta vinculada ao presente Processo, com identificação do órgão contratante e observância dos valores e condições estabelecidos no Termo de Referência.
 - ✓ **Fiança bancária:** deverá ser emitida por instituição financeira autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil, em favor da Prefeitura Municipal de Castanhal, devendo constar cláusula de



- execução imediata em caso de inadimplemento da obrigação garantida, além da indicação clara de que se refere à garantia da proposta do certame em questão.
- 9.2.3. Além de não representar ônus desproporcional aos licitantes, a medida reforça o compromisso com a seriedade das propostas apresentadas, conferindo segurança jurídica e previsibilidade ao certame, especialmente considerando a natureza técnica do objeto, a logística envolvida e os efeitos diretos de sua não execução. Dessa forma, a exigência está plenamente alinhada aos princípios da eficiência, do planejamento, da razoabilidade e da prevenção de riscos, e reforça o compromisso da Administração com a boa governança dos recursos públicos,
- 9.2.4. A empresa licitante poderá optar livremente pela modalidade que melhor atender às suas condições, desde que observados os requisitos legais e editalícios;
- 9.2.5. Informamos que o valor da garantia deverá corresponder a 1% da soma dos lotes que o licitante pretende disputar, tomando como base o valor estimado de cada item constante no edital. Dessa forma, caso participe de apenas um lote, o cálculo da garantia será feito sobre o valor estimado desse item específico. No entanto, se a disputa envolver dois ou mais lotes, a garantia deverá ser calculada considerando a soma dos valores estimados de todos eles, sempre no percentual de 1%. Essa regra tem como objetivo assegurar que a garantia esteja proporcional à participação do licitante no certame, garantindo equilíbrio entre os concorrentes e a correta vinculação do depósito ao objeto da licitação;
- 9.2.6. A comprovação de que a empresa realizou a garantia da proposta, em alguma das modalidades supracitadas, deverá ser anexada na própria plataforma onde ocorrerá o certame, no momento do cadastro da proposta, em campo específico, de modo que, no início do processo, o agente de contratação possa analisar e atestar o cumprimento desta exigência; Caso o licitante anexe documentos que não estejam relacionados à exigência da garantia da proposta (por exemplo, documentos de habilitação), será desclassificado.
- 9.2.7. A data da garantia da proposta deve ser anterior à abertura do certame, visto que esse instrumento tem por finalidade assegurar a seriedade da proposta apresentada e a manutenção das condições ofertadas pelo licitante, inclusive quanto ao preço inicialmente registrado. Assim, fica vedada a apresentação de garantia da proposta emitida após a abertura do certame, bem como a emissão/alteração do documento em momento posterior com o objetivo de adequação ao resultado da sessão, por se tratar de conduta incompatível com a finalidade da garantia e com os princípios da isonomia, da transparência e do julgamento objetivo.
- 9.2.8. Nessas hipóteses, a garantia apresentada em data posterior à abertura do certame será considerada inidônea para fins de comprovação, sujeitando o licitante às consequências previstas no edital, sem prejuízo de diligências quando cabíveis e da aplicação das sanções pertinentes.
- 9.2.9. O comprovante deverá identificar expressamente o número do processo administrativo, o número do pregão/concorrência e o objeto da licitação;



9.2.10. Informamos também que o valor assegurado será devolvido às licitantes no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir da assinatura do contrato, ou, nos casos de registro de preços, após a publicação da respectiva ata (regra válida tanto aos não vencedores como aos vencedores);

9.2.11. Em caso de desistência imotivada, não assinatura ou descumprimento das condições da proposta, a Administração poderá executar a garantia, sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

9.2.12. Informamos que, caso o licitante opte pela modalidade de seguro-garantia ou fiança bancária, a Administração não se responsabilizará pela devolução de quaisquer valores em dinheiro.

9.3. DA EXIGÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE EXEQUIBILIDADE:

9.3.1. A comprovação da exequibilidade das propostas ofertadas desempenha um papel fundamental no processo de licitação. Ao exigir que os licitantes apresentem uma planilha de composição de custos detalhada, acompanhada de documentação comprobatória, estamos garantindo que as propostas não apenas sejam competitivas, mas também viáveis na prática. Essa medida não irá apenas fortalecer a integridade do processo licitatório, mas também assegura que os contratantes selecionados possuam os meios necessários para cumprir as obrigações contratadas de maneira eficiente e sem comprometer a qualidade ou prazos estabelecidos.

9.3.2. Para este processo será considerado indícios de inexecução lances que apresentem 25% de economia referente ao estimado pela administração;

9.3.3. Será solicitado em diligência documentos pertinentes para tal comprovação (realizado logo após a fase de lances, antes mesmo de passar para a fase habilitatória)

9.3.4. Conterá mais especificações sobre critérios de comprovação no rol “FASE DE JULGAMENTO” do Edital.

9.4. COMPROVAÇÃO ENCARGOS TRIBUTÁRIOS

9.4.1. Na exigência de comprovação de exequibilidade, é necessário comprovação de veracidade dos indícios tributários que deverão ser incluídos na planilha de composição de custos, dentre os elementos que podem ser considerados para essa análise, está:

9.4.1.1. A verificação da carga tributária efetivamente suportada pela empresa, com o objetivo de confirmar se os encargos fiscais informados na proposta são compatíveis com o regime tributário adotado e com a realidade econômico-operacional da atividade desempenhada.

9.4.2. Tal providência será incorporada como medida preventiva de propostas com descontos excessivos que culminaram em inadimplência, bem como ocorrido em processos anteriores de objetos diversos, acarretando desistência ou inexecução contratual, especialmente quando os custos operacionais e tributários foram subestimados.

9.4.3. Desta forma, juntamente com os documentos supracitados, será cobrado que a empresa anexe comprovação de Encargos Tributários.

9.4.4. Terá mais especificações sobre critérios de comprovação no Edital.

9.5. RELEVÂNCIA DOS REQUISITOS A SEREM ESTIPULADOS PARA REALIZAÇÃO DA LICITAÇÃO



- 9.5.1. A seguir, apresentam-se os requisitos técnicos e operacionais essenciais para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de controle de pragas e higienização, garantindo segurança, rastreabilidade e conformidade com as diretrizes da Administração Pública Municipal.
- 9.5.2. **PRAZOS DE EXECUÇÃO:** Os serviços deverão ser executados conforme cronograma aprovado e mediante ordens de serviço/chamados, com início em até **3 (três) dias úteis** contados do recebimento da ordem de serviço. Em situações de **urgência**, caracterizadas por risco sanitário, reincidência acentuada, ocorrência em áreas sensíveis (ex.: cozinhas, depósitos de alimentos, escolas/creches, unidades de saúde) ou comprometimento do funcionamento da unidade, o atendimento deverá ocorrer em até **24 (vinte e quatro) horas**, ou no primeiro dia útil subsequente quando o acionamento ocorrer fora do expediente. Excepcionalmente, os prazos poderão ser prorrogados mediante **justificativa formal e anuência expressa da Administração**, sem prejuízo da continuidade do serviço.
- 9.5.3. **QUALIDADE E SEGURANÇA:** A execução dos serviços deverá observar rigor técnico e boas práticas, assegurando efetividade no controle de pragas e segurança sanitária dos ambientes atendidos. A contratada deverá empregar equipe capacitada, equipamentos adequados, EPIs e sinalização/isolamento quando necessário, bem como utilizar produtos regularizados, de procedência comprovada, aplicados conforme orientações do fabricante e normas vigentes. O serviço deverá ser prestado em conformidade com o Termo de Referência, com rastreabilidade (relatório por atendimento, identificação de métodos e produtos, lote/validade quando aplicável) e sem prejuízo à continuidade das atividades das unidades.
- 9.5.4. **SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL:** A contratada deverá adotar práticas sustentáveis na execução dos serviços, promovendo o uso racional de insumos, a prevenção de desperdícios e a gestão ambientalmente adequada dos resíduos gerados (embalagens de produtos, materiais de aplicação, detritos recolhidos em forros e resíduos decorrentes da higienização de reservatórios). O acondicionamento, transporte e destinação final deverão observar a legislação vigente, em especial a Política Nacional de Resíduos Sólidos – Lei nº 12.305/2010, visando minimizar impactos ambientais e assegurar rastreabilidade quando aplicável.
- 9.5.5. **CRITÉRIOS DE INEXEQUIBILIDADE:** Propostas com valores inferiores a 75% do valor estimado para o item deverão ser acompanhadas de planilha detalhada de composição de custos, a ser analisada pelo agente de contratação, com o objetivo de comprovar a exequibilidade e a viabilidade econômica da oferta apresentada.
- 9.5.6. **RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO DO SERVIÇO:** A contratada será inteiramente responsável pela execução integral dos serviços para os quais for declarada vencedora, incluindo a mobilização de equipe, equipamentos, insumos, EPIs, sinalização/isolamento, logística de deslocamento e quaisquer encargos necessários ao fiel cumprimento do objeto, sem ônus adicional para a Administração.



9.5.7. O local de execução/atendimento será aquele definido pelas Secretarias e unidades demandantes, conforme cronograma aprovado e ordens de serviço/chamados, podendo ser indicado no Termo de Referência e/ou em documento operacional de apoio.

9.5.8. **CONFORMIDADE COM NORMAS TÉCNICAS**

A execução dos serviços deverá atender integralmente às normas sanitárias e ambientais aplicáveis ao controle de vetores e pragas urbanas, bem como às legislações vigentes e às orientações técnicas dos produtos utilizados, incluindo dosagens, métodos de aplicação e restrições de uso.

9.5.9. **PREFERÊNCIA LOCAL:** Nos termos da legislação vigente, será assegurada preferência de 10% sobre o melhor preço para microempresas e empresas de pequeno porte sediadas na região metropolitana, como forma de promover o desenvolvimento econômico regional e fortalecer o comércio.

9.5.10. **CONFORMIDADE LEGAL**

A execução dos serviços deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 14.133/2021, da Lei Complementar nº 123/2006, das normas sanitárias e ambientais aplicáveis ao controle de vetores e pragas urbanas (incluindo a RDC ANVISA nº 622/2022, quando pertinente), bem como demais legislações correlatas, assegurando regularidade, segurança jurídica, transparência, rastreabilidade e execução exequível do contrato.

9.5.11. **SUBCONTRATAÇÃO**

A subcontratação da execução dos serviços de controle de pragas e higienização fica vedada, permitindo-se apenas atividades acessórias estritamente operacionais, quando cabível e desde que previamente autorizadas pela Administração. A contratada permanece única e integralmente responsável pela execução, incluindo equipe, métodos, equipamentos, produtos utilizados, relatórios, orientações pós-serviço, prazos e resultados, bem como por quaisquer ônus, danos ou prejuízos decorrentes do contrato.

10. CLÁUSULAS OPERACIONAIS DA EXECUÇÃO DO SERVIÇO E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA

10.1 ASSEGURAR A QUALIDADE E CONFORMIDADE DA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS:

I. Os serviços deverão ser executados com padrão técnico equivalente ou superior às práticas usuais do mercado, observadas as especificações do Termo de Referência, do edital e as normas sanitárias/ambientais aplicáveis;

II. A execução deverá ocorrer com equipe capacitada, utilização de EPIs, sinalização/isolamento quando necessário, e com rastreabilidade mínima, mediante relatório por atendimento contendo identificação do local/área, método, praga-alvo, produtos utilizados (quando aplicável), lote/validade e orientações pós-serviço.



10.2 REJEIÇÃO/GLOSA POR NÃO CONFORMIDADE:

Os serviços que apresentarem irregularidades, execução incompleta, falhas técnicas, divergências em relação às especificações contratadas, ausência de relatório/rastreabilidade, ou descumprimento de normas de segurança sanitária e ambiental poderão ser rejeitados/glosados, total ou parcialmente, pela Administração, sem que disso decorra qualquer ônus adicional.

10.3 REEXECUÇÃO/CORREÇÃO:

Os serviços considerados não conformes deverão ser corrigidos ou reexecutados, sem ônus para a Administração. Uma vez notificada, a Contratada deverá promover a correção/reexecução em até 05 (cinco) dias úteis, salvo hipóteses de urgência sanitária devidamente caracterizadas, em que poderá ser exigida atuação em prazo inferior, conforme cronograma e condições do contrato.

10.4 GARANTIA DE RESULTADO E RESPONSABILIDADE POR NÃO CONFORMIDADES

A CONTRATADA deverá garantir a conformidade da execução com as especificações deste Termo de Referência, responsabilizando-se por falhas técnicas, execução inadequada, desconformidades identificadas no recebimento e/ou durante a vigência contratual, inclusive quanto à segurança operacional, rastreabilidade e observância de normas aplicáveis.

10.5 PARA FINS DESTA CONTRATAÇÃO, FICAM ESTABELECIDAS AS SEGUINTE DIRETRIZES MÍNIMAS, CONTADAS A PARTIR DO RECEBIMENTO DEFINITIVO DO SERVIÇO/ATESTO:

- I. Para serviços de controle de pragas e correlatos, quando houver reincidência relevante atribuível à execução inadequada, poderá ser exigida reintervenção corretiva, sem custos adicionais, dentro de prazo definido pelo fiscal/gestor, considerando as condições do ambiente e o método aplicado;
- II. Para higienização de caixas d'água, a execução deverá observar as etapas seguintes: esgotamento, remoção de resíduos, enxágue, secagem, aplicação de agente sanitizante e reabastecimento; sendo passível de reexecução caso constatada inconsistência de procedimento, documentação incompleta ou não conformidade;
- III. Se a Contratada ofertar condições superiores (ex.: prazos de retorno corretivo mais céleres), prevalecerá a condição mais vantajosa para a Administração;
- IV. A garantia aqui prevista não substitui os procedimentos de recebimento e aceitação. Serviços fora de especificação poderão ser recusados e deverão ser reexecutados, sem prejuízo da aplicação de sanções e demais medidas cabíveis.

10.6 CUMPRIR TODAS AS EXIGÊNCIAS LEGAIS E NORMATIVAS

- I. Observância da Lei nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis às contratações públicas;
- II. Aplicação do tratamento favorecido às ME/EPP conforme LC nº 123/2006 (arts. 42 a 49), quando cabível, nos termos do edital;



III. Cumprimento das normas sanitárias/ambientais aplicáveis ao setor, incluindo, quando pertinente, a RDC ANVISA nº 622/2022 e demais referenciais técnicos aplicáveis.

10.7 DOCUMENTAÇÃO COMPLETA

I. A contratada deverá apresentar, no âmbito de cada atendimento e/ou para fins de medição e pagamento, a documentação necessária para conferência, rastreabilidade e comprovação da execução, incluindo:

- a. Nota fiscal correspondente (quando cabível, por período de medição/competência);
- b. Termo de recebimento provisório e definitivo/atesto (conforme rito do contrato);
- c. Relatório técnico por atendimento/visita, com identificação do local/área, praga-alvo, método, produtos utilizados (nome, lote e validade quando aplicável), data/hora e orientações pós-serviço;
- d. Licenças/alvarás exigíveis e comprovação de responsável técnico, quando requerido na habilitação e durante a execução.

10.8 DISPONIBILIZAR SUPORTE TÉCNICO E LOGÍSTICO ADEQUADO

- I. Atendimento ao Contratante por canais acessíveis (telefone, e-mail e/ou sistema próprio);
- II. Disponibilidade de equipe técnica para suporte, reexecução/correção e atendimento corretivo, conforme prazos contratuais;
- III. Garantia de pronta resposta em caso de não conformidade, reincidência relevante ou risco sanitário;
- IV. Preferência por atendimento regional (Região Metropolitana de Belém), visando assegurar maior agilidade e eficiência operacional, sem restrição à participação no certame;

10.9 RESPONSABILIDADE PELA EXECUÇÃO

A contratada deverá assegurar a execução regular dos serviços, conforme demanda da Administração, por cronograma e ordens de serviço/chamados, garantindo a continuidade das atividades administrativas e operacionais das unidades atendidas

11. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

- 11.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.
- 11.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.
- 11.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 11.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.
- 11.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização,



que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

12. FISCALIZAÇÃO

12.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is), ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

12.2. Fiscalização Técnica:

12.2.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

12.2.2. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à sua execução, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

12.2.3. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

12.2.4. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

12.2.5. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

12.2.6. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

12.3. Fiscalização Administrativa:

12.3.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

12.3.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

12.4. Gestor do Contrato:



- 12.4.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).
- 12.4.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 12.4.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 12.4.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 12.4.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 12.4.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 12.4.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

13. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

13.1. Recebimento:

- 13.1.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato do atendimento/medição, juntamente com a nota fiscal ou instrumento equivalente, pelo responsável pela fiscalização, para posterior verificação de conformidade com o TR e a proposta.



- 13.1.2. Os serviços poderão ser rejeitados/glosados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações, devendo ser corrigidos/reexecutados, sem prejuízo das penalidades.
- 13.1.3. Em caso de controvérsia sobre execução (dimensão/qualidade/quantidade), observar art. 143 da Lei nº 14.133/2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal da parcela incontroversa.
- 13.1.4. O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 13.1.5. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

13.2. Liquidação:

- 13.2.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 10 (dez) úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 13.2.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

A data da emissão;

Os dados do contrato e do órgão contratante;

O período respectivo de execução do contrato;

O valor a pagar; e

Eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

- 13.2.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;



- 13.2.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 13.2.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).
- 13.2.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 13.2.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 13.2.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 13.2.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.
- 13.2.11. O SETOR FINANCEIRO terá o direito de descontar, das faturas, quaisquer débitos da **CONTRATADA**, em consequência de penalidades aplicadas

13.3. Prazo de pagamento:

- 13.3.1. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 13.3.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.



13.4. Forma de pagamento:

- 13.4.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.
- 13.4.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 13.4.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 13.4.4. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

14. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE EXECUÇÃO

- 14.1. Forma de seleção e critério de julgamento da proposta:
- 14.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo menor preço POR LOTE
- 14.2. Forma de execução:
- 14.2.1. A execução do objeto será de forma parcelada, sob demanda mediante cronograma e ordens de serviço/chamados, durante a vigência da ata/contrato, conforme necessidade das unidades demandantes, observadas as regras do SRP.

15. EXIGÊNCIAS DE HABILITAÇÃO:

- 15.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

15.2. Habilitação jurídica:

- 15.2.1. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 15.2.2. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 15.2.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU** ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato



constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.2.4. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

15.2.5. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

15.2.6. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

15.2.7. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

15.2.8. Para fins de habilitação, a empresa licitante deverá apresentar documento de identificação (com foto) de seus sócios e de seu representante legal, em conformidade com os registros constantes no contrato social ou documentos equivalentes.

15.2.9. Na hipótese de a empresa ser representada por procurador, será obrigatória a apresentação do respectivo instrumento de procuração, devidamente assinado pelo representante legal da sociedade, acompanhado de cópia do documento oficial de identificação tanto do outorgante quanto do outorgado.

Obs.: Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações contratuais ou da respectiva consolidação, devidamente registradas no órgão competente.

Obs: O objeto social constante do ato constitutivo da empresa deverá ser compatível com o objeto da presente licitação, nos termos do art. 66 da Lei nº 14.133/2021, devendo demonstrar autorização para o exercício da atividade a ser contratada.

14.3 Habilitação fiscal, social e trabalhista:

14.3.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (**CNPJ**) ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso, atualizada no ano de 2026;

14.3.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive



aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

- 14.3.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 14.3.4 **Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 14.3.5 **Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual/Distrital e Municipal** relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 14.3.6 Prova de regularidade com a **Fazenda Federal, Estadual/Distrital e Municipal** do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 14.3.7 Caso o fornecedor seja considerado **isento dos tributos** Estadual/Distrital ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

16. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

A empresa deverá apresentar:

- 16.1. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II):
 - 16.1.1. Quando na certidão não constar prazo de validade, somente será aceita aquela expedida em data não superior a 90 (noventa) dias de antecedência da abertura do envelope de habilitação.
 - 16.1.2. Caso haja alguma ação judicial distribuída relativa à recuperação judicial ou extrajudicial, deverá ser apresentada certidão circunstanciada do processo, comprobatória da aptidão da licitante para participação em licitação, sob pena de inabilitação.
- 16.2. Todos os documentos contábeis deverão se referir aos 2 (dois) últimos exercícios. Ressaltamos que os documentos referidos limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 16.3. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
 - 16.3.1. **Balanco Patrimonial e Demonstração do Resultado do Exercício:** Os valores lançados no balanço e nas demonstrações contábeis devem ser compatíveis entre si, assim como os cálculos dos índices solicitados neste item; A legislação comercial alerta, em seu Art. 1.184 que o Balanço Patrimonial e o de Resultado Econômico (Demonstração do Resultado do Exercício), devem ser lançados no Livro Diário da empresa estando ambos assinados por técnico em Ciências Contábeis,



legalmente habilitado e pelo empresário responsável. Assim, o Balanço Patrimonial autêntico e apresentado na forma da lei civil é o que consta no Livro Diário.

16.3.2. Nota explicativa: A apresentação da Nota explicativa é de suma importância, pois ela compreende o resumo das políticas contábeis significativas e outras informações explanatórias do balanço

16.3.3. Termo de abertura e encerramento do livro diário e balanço de abertura, onde conste o registro da Junta Comercial ou órgão competente, fundamentado no art. 1.180 e §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02; art. 177 da lei 6.404/76 e alterações;

16.3.4. DMPL ou DLPA: Caso a DMPL/DLPA não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitada em diligência para que possamos analisar melhor o balanço, pois esse documento evidencia todas as movimentações realizadas durante o exercício social nas contas que compõem o patrimônio líquido: reservas de capital, de lucros, de reavaliação, capital social e lucros ou prejuízos acumulados.

16.3.5. Certificado de Habilitação Profissional – CHP (Decore eletrônico), do responsável pelas informações contidas no Balanço Patrimonial da época do seu registro ou atualizada, certidão emitida pela internet, conforme indicado no anexo da Resolução CFC nº 1637/2021;

16.3.6. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

16.3.7. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao SPED.

16.3.8. Se necessária a atualização monetária do Balanço Patrimonial, deverá ser apresentado juntamente com os documentos em apreço, o memorial de cálculo correspondente, assinado pelo Contador ou técnico contábil da empresa;

16.4. No caso de sociedade anônima, apresentar também a comprovação de publicação na Imprensa Oficial do balanço e demonstrações contábeis e da ata de aprovação devidamente arquivada na Junta Comercial ou órgão competente;

A comprovação da boa situação financeira dos LICITANTES deverá ser obrigatoriamente demonstrada pela obtenção dos índices contábeis retirados do balanço patrimonial, resultantes da aplicação das fórmulas abaixo, assinados por contador, constando o seu nome completo e registro profissional do Conselho Regional de Contabilidade nos termos da resolução CFC nº 871/2000 e suas alterações;

Índices de Liquidez Geral (**LG**), Liquidez Corrente (**LC**), e Solvência Geral (**SG**) superiores ou igual a 1 (um);

Os índices serão calculados da seguinte forma:

BALANÇO PATRIMONIAL:



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES



ATIVO	PASSIVO
Ativo Circulante	Passivo Circulante
Ativo Não Circulante	Passivo Não Circulante
Realizável a Longo Prazo	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
Investimento	Capital Social
Imobilizado	(-) Gastos com Emissão de Ações
Intangível	Reservas de Capital
	Opções Outorgadas Reconhecidas
	Reservas de Lucros
	(-) Ações em Tesouraria
	Ajustes de Avaliação Patrimonial
	Ajustes Acumulados de Conversão
	Prejuízos Acumulados

A boa situação financeira é analisada pelos índices de Balanço. Os índices observados pela Administração Pública nas licitações são:

Índice de Liquidez Geral (LG):

$$LG = \frac{AC + RLP}{PC + ELP}$$

Índice de Liquidez Corrente (LC):

$$LC = \frac{AC}{PC}$$

Índice de Solvência Geral (SG):

$$SG = \frac{ATIVO\ TOTAL}{PC + EX. LG\ PRAZO}$$

Os valores mínimos para tais indicadores são:

$LG \geq 1,0$	$LC \geq 1,0$	$SG \geq 1,0$
---------------	---------------	---------------

Os fatores constantes das fórmulas serão extraídos do balanço patrimonial exigido neste edital.

- Prova de registro na Junta Comercial ou órgão competente (contendo Carimbo, etiqueta ou chancela da Junta Comercial ou órgão competente), fundamentado no art. 1.181 e §2º do art. 1.184 da Lei 10.406/02 alínea b. Observe que a regra é registrar o Livro Diário, salvo disposição especial em lei em contrário;
- Demonstrar escrituração Contábil/Fiscal/Pessoal regular, fundamentado [art. 1.179](#), Lei [10.406/02](#) e [art. 177](#) da Lei nº [6.404/76](#);
- Apresentar a Certidão de Habilitação Profissional – CHP, fundamentado na Resolução CFC nº1.637/2021. Esta formalidade dá mais credibilidade ao documento porque comprova a habilitação profissional do Contador ou Técnico Contábil, o modelo da certidão encontra-se anexo a resolução:

Resolução CFC nº 1.637/2021



Art. 1º Os profissionais da contabilidade poderão comprovar sua habilitação para o exercício profissional, por meio da Certidão de Habilitação Profissional, e a situação financeira relativa a débitos de qualquer natureza, por meio da Certidão Negativa de Débitos (CND) emitida pelo Conselho Regional de Contabilidade (CRC).

§ 1º As certidões de que tratam o caput terão prazo de validade de 90 (noventa) dias, contados da data da sua emissão.

§ 2º As certidões serão expedidas, exclusivamente, através do sítio eletrônico do CRC do registro originário ou do registro transferido do profissional. (....)

Obs.: Caso este documento não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitado em diligência, para comprovação de aptidão perante ao CFC, do profissional que realizou os documentos contábeis está apto para elaboração dos mesmos.

- 16.5 Será exigida a entrega da declaração de conformidade unificada, cujo modelo acompanha este documento no anexo 1.
- 16.6 Para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), será exigida a apresentação da declaração de enquadramento, conforme modelo do anexo 2.
- 16.7 Nos casos em que a sessão pública do certame ocorrer antes do prazo legal para apresentação das demonstrações contábeis do exercício imediatamente anterior, especialmente antes de 30 de abril do ano corrente, será admitida a apresentação do balanço patrimonial referente aos exercícios de 2023 e/ou 2024, conforme o caso. Todavia, para fins de comprovação e validação do enquadramento como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP), a licitante deverá, obrigatoriamente, apresentar declaração formal de faturamento bruto referente ao exercício de 2025, assinada por contador habilitado, com indicação do respectivo número de registro no CRC. A referida declaração deverá refletir a receita bruta acumulada no exercício de 2025 e será utilizada pela Administração como instrumento complementar de verificação do enquadramento da empresa nos limites estabelecidos pela Lei Complementar nº 123/2006. A Administração poderá, a qualquer tempo, realizar diligências para verificação da veracidade das informações prestadas, inclusive mediante solicitação de documentos fiscais, contábeis ou extraídos de sistemas oficiais, tais como SPED, EFD ou Declarações Fiscais, sendo passível de desclassificação ou aplicação de sanções a empresa que prestar informação falsa ou incompatível com sua realidade econômico-financeira. A não apresentação da declaração de faturamento atualizada implicará na não concessão dos benefícios previstos para ME/EPP

17. DECLARAÇÕES FINANCEIRAS POR MEIO DO SPED:

- 17.1. Obrigatoriamente deverão apresentar o balanço e demonstrações contábeis dos dois últimos exercício social exigível, apresentados na forma da lei (ano de 2021, conforme Tribunal de Contas da União (TCU) no Processo 015.817/2014-8 (Acórdão 1.999/2014, Plenário, TC 015.817/2014-8),



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES



que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, sendo:

- a. Termo de Abertura e Termo de Encerramento do Livro Diário impresso em modo SPED;
- b. Balanço Patrimonial impresso em modo SPED;
- c. Declaração de capacidade financeira impresso em modo SPED ou modelo Anexo XII, ou outro que contenha os índices extraídos do balanço;
- d. Demonstração de Resultado do Exercício impresso em modo SPED;
- e. Dados das assinaturas dos responsáveis pela elaboração dos documentos impresso em modo SPED;
- f. Recibo de Entrega do Livro Digital impresso em modo SPED;
- g. Termo de Autenticação de Livro Digital no órgão competente impresso em modo SPED;
- h. Apresentar a Certidão de Habilitação Profissional – CHP, fundamentado na Resolução CFC nº1.637/2021. Esta formalidade dá mais credibilidade ao documento porque comprova a habilitação profissional do Contador ou Técnico Contábil, o modelo da certidão encontra-se anexo a resolução:
Obs.: Caso este documento não esteja junto aos documentos de habilitação, poderá ser solicitado em diligência, para comprovação de aptidão perante ao CFC, do profissional que realizou os documentos contábeis está apto para elaboração dos mesmos.
- i. Deverá apresentar ainda, junto ao balanço, documento contendo a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido (DMPL) ou Demonstração de Lucros ou Prejuízos Acumulados (DLPA) em modo sped e Nota explicativa do balanço, todos devidamente conforme lei;
 - I. A demonstração das mutações do patrimônio líquido discriminará:
 - 1) Os saldos no início do período;
 - 2) Os ajustes de exercícios anteriores;
 - 3) As reversões e transferências de reservas e lucros;
 - 4) Os aumentos de capital discriminando sua natureza;
 - 5) A redução de capital;
 - 6) As destinações do lucro líquido do período;
 - 7) As reavaliações de ativos e sua realização, líquida do efeito dos impostos correspondentes;
 - 8) O resultado líquido do período;
 - 9) As compensações de prejuízos;
 - 10) Os lucros distribuídos;
 - 11) Os saldos no final do período.

Documentações complementares:

- 17.1.1. Será exigida a entrega da declaração de conformidade unificada, cujo modelo acompanha este documento no anexo 1.



17.1.2. Para as Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), será exigida a apresentação da declaração de enquadramento, conforme modelo do anexo 2.

18. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

18.1. Será exigida comprovação de aptidão para a execução de serviços compatíveis/similares ao objeto desta contratação, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoa jurídica de direito público ou privado;

18.2. Asseguramos que tais exigências estão devidamente previstas no Art. 67 da Lei de Licitações 14.133/2021;

18.3. Para fins de comprovação de conformidade técnica/operacional, o licitante vencedor deverá apresentar, quando solicitado, documentação técnica pertinente à execução, tais como: POPs, evidências de capacitação, fichas técnicas/FISPQ dos produtos (quando aplicável) e relatórios-modelo, no prazo pré definido, sem prejuízo da fiscalização em campo;

18.4. DO ENVIO PREFERENCIAL DA TOTALIDADE DE ATESTADOS DE CAPACIDADE TÉCNICA

18.4.1. Com vistas à maior celeridade do procedimento e à eventual necessidade de convocação de licitantes remanescentes, a licitante encaminhará, facultativamente, juntamente com os documentos de habilitação, os atestados de capacidade técnica correspondentes à todos os itens para os quais tenha apresentado proposta inicial, ainda que não tenha sido classificada em primeiro lugar para todos eles, observado o enquadramento por segmento de relevância previsto no Termo de Referência.

18.4.2. A ausência de envio antecipado dos atestados de capacidade técnica não implicará inabilitação imediata, preclusão do direito de apresentá-los oportunamente, nem qualquer prejuízo à licitante, devendo a análise formal ocorrer na fase própria de habilitação, nos termos deste Edital.

18.4.3. Caso a licitante não apresente os atestados de capacidade técnica de forma antecipada e venha a ser convocada como vencedora ou na condição de remanescente, deverá apresentar essa documentação no prazo e na forma estabelecidos na respectiva convocação, aplicando-se, após a apresentação, as regras deste Edital relativas à vedação de inovação documental e às diligências cabíveis.

18.4.4. Os documentos encaminhados antecipadamente poderão ser utilizados pela Administração exclusivamente para conferência preliminar, sem prejuízo da verificação formal.

18.5. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com o item correlato descrito neste processo;

18.5.1. NATUREZA DOS ATESTADOS E PORCENTAGEM EXIGIDA PARA CADA SEGMENTO: Será aceito a somatória de atestados para cada segmento de relevância solicitado, com o mínimo de comprovação de **10%** da quantidade total de cada segmento:



18.5.2. Para fins de capacidade técnica, serão aceitos como segmentos de relevância:

- **Segmento 1** - Lote 1 – Controle integrado de pragas: Item 01 – 120.166,10 m² – R\$ 442.211,25
- **Segmento 2** - Lote 2 – Limpeza de forro e controle microbiológico: Item 02 – 74.382,44 m² – R\$ 716.302,90
- **Segmento 3** - Lote 3 – Afugentamento de morcegos e pombos: Item 03 – 91.628,04 m² – R\$ 830.150,04
- **Segmento 4** - Lote 4 – Higienização de caixas d'água: Itens 04 a 12 – 434 unidades – R\$ 494.360,29
- **Segmento 5** - Lote 5 – Desratização por grau de infestação: Itens 13 a 15 – 245.389,88 m² – R\$ 669.808,03

SEGMENTOS/ LOTES	SERVIÇOS	QUANTIDADE TOTAL	10% (MÍNIMO)
1	DEDETIZAÇÃO EM GERAL (CONTROLE INTEGRADO)	120.166,10 m ²	12.016,61 m ²
2	LIMPEZA DE FORRO E CONTROLE MICROBIOLÓGICO	74.382,44 m ²	7.438,24 m ²
3	AFUGENTAMENTO DE MORCEGOS E POMBOS	91.628,04 m ²	9.162,80 m ²
4	HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA	434 unidades	43 unidades
5	DES RATIZAÇÃO POR GRAU DE INFESTAÇÃO	245.389,88 m ²	24.538,98 m ²

Obs. 01: Como o julgamento será por lote, o cálculo do percentual será feito sobre o quantitativo total do lote arrematado; se vencer mais de um lote, o cálculo será independente por lote;

Obs. 02: Caso surja qualquer dúvida quanto ao método de cálculo da capacidade técnica, ressalta-se que há um exemplo prático disponível no Tópico 10.2 do ETP, o qual poderá ser consultado para melhor elucidação da matéria;

18.5.3. A empresa deverá comprovar, como condição de QUALIFICAÇÃO TÉCNICA:

- I – Alvará ou Licença Sanitária vigente, compatível com a atividade de controle de vetores e pragas urbanas;
- II – Licença ambiental, exigível pelo órgão ambiental competente, ou documento equivalente que comprove a regularidade ambiental da atividade.;
- III – Indicação de responsável técnico devidamente habilitado, com registro ativo no conselho profissional competente, compatível com a natureza dos serviços a serem executados (tais como CRBio, CREA, CRMV, CRQ ou outro equivalente), conforme exigências das normas sanitárias e ambientais aplicáveis, especialmente aquelas relacionadas ao controle de vetores e pragas urbanas.

i) Responsável Técnico: A comprovação do vínculo poderá ser realizada por meio de qualquer documento idôneo, admitindo-se, entre outros:

- a) contrato social/alteração contratual (quando o RT integrar o quadro societário); ou
- b) registro em CTPS ou ficha de registro de empregado (quando empregado); ou



c) contrato de prestação de serviços/contrato de trabalho ou instrumento equivalente (quando prestador); ou
d) termo de compromisso/declaração de disponibilidade do profissional, acompanhado de anuência do RT, indicando que assumirá a responsabilidade técnica caso a licitante seja vencedora, com posterior formalização do vínculo antes do início da execução contratual;

e) declaração de contratação futura, firmada pela licitante e pelo profissional, consignando a obrigação de formalização do vínculo e de apresentação dos documentos comprobatórios previamente ao primeiro atendimento/ordem de serviço.

f) A formalização do vínculo e a apresentação dos documentos definitivos do RT deverão ocorrer antes do início da execução, constituindo condição para emissão da primeira ordem de serviço e para o início dos atendimentos, sem prejuízo das sanções cabíveis em caso de descumprimento.

IV – Comprovação mediante declaração formal de que os produtos utilizados possuem regularização junto aos órgãos competentes, especialmente ANVISA, acompanhados de ficha técnica (FISPQ), quando aplicável, comprometendo-se a empregar exclusivamente insumos dentro do prazo de validade e em conformidade com as instruções do fabricante e normas vigentes. Caso solicitado, a declaração deverá ser acompanhada de relação dos produtos a serem utilizados, contendo, no mínimo: nome comercial, fabricante, nº de registro/notificação na ANVISA (quando aplicável), lote e validade, bem como a respectiva FISPQ/Ficha de Segurança ou ficha técnica.

V – Para atividades que envolvam manejo de fauna, como morcegos e pombos, comprovação de atendimento à legislação ambiental vigente e, quando necessário, autorização do órgão ambiental competente.

VI - A empresa deverá possuir objeto social compatível com a prestação de serviços de controle de pragas, higienização ou atividades correlatas.

VII - Declaração formal de que dispõe, ou disporá, no momento da execução contratual, de equipe técnica qualificada, equipamentos adequados, insumos regularizados e estrutura operacional suficiente para a adequada execução dos serviços, em conformidade com as normas sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis.

19. OBSERVAÇÕES ADICIONAIS

- 18.1 Atestados de Capacidade Técnica da Empresa, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando capacidade operacional equivalente ou superior, para a execução satisfatória do objeto da presente licitação, podendo ser de produtos similares aos licitados.
- 18.2 Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.
- 18.3 A Administração se resguarda no direito de diligenciar junto à pessoa jurídica emitente do Atestado/Declaração de Capacidade Técnica, visando a obter informações sobre o



serviço/fornecimento prestado e cópias dos respectivos contratos e aditivos e/ou outros documentos comprobatórios do conteúdo declarado, como por exemplo notas fiscais, faturas entre outros. Também poderá ser solicitado da empresa licitante a obrigatoriedade de apresentação de tais comprovações.

18.4 Não será aceito pela Administração atestado/declaração emitido pela própria licitante, sob pena de infringência ao princípio da moralidade, posto que a licitante não possui a impessoalidade necessária para atestar sua própria capacitação técnica.

18.5 Também o pregoeiro poderá solicitar documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei 14.133/2021.

20. PROPOSTA READEQUADA

- 19.1 Após declarada, empresas vencedoras deverão apresentar suas Propostas readequadas;
- 19.2 O prazo de validade da proposta será de no mínimo 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação;
- 19.3 A proposta deverá ser devidamente assinada, mediante assinatura digital com validade jurídica, vinculada a certificado digital emitido por Autoridade Certificadora (AC) credenciada e regulamentada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira (ICP-Brasil).
- 19.4 Será igualmente aceita a assinatura eletrônica emitida por meio da plataforma GOV.BR, desde que atenda aos níveis de confiabilidade exigidos pela legislação vigente e permita a verificação da autenticidade e integridade do documento.

21. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

- 21.1. O custo estimado total da contratação é de três milhões, cento e cinquenta e dois mil, oitocentos e trinta e dois reais e cinquenta e um centavos, conforme somatória dos custos unitários apostos.
- 21.2. Em Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023).

22. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 22.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de dotação orçamentária específica, indicada antes da assinatura do contrato ou outro documento equivalente.
- 22.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

23. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Quanto a prestação dos serviços especificados, a CONTRATADA se obriga a:



- 23.1. Executar o serviço mediante ordem de serviço/chamado, com ciência do empenho correspondente quando aplicável, e emitir Nota Fiscal com identificação do lote contratado, do período de execução e da unidade de medição (m²/unidades), vinculada aos relatórios e atestos do fiscal.
- 23.2. Repor/corrigir integralmente quaisquer não conformidades na execução do serviço; a contratada deverá reexecutar/corrigir a prestação, a qualquer tempo, desde que comprovada inadequação ao solicitado ou divergência técnica, sem ônus para a CONTRATANTE, no prazo estabelecido anteriormente, contado da solicitação/notificação da Administração;
- 23.3. Responsabilizar-se pela qualidade técnica da execução, pela segurança operacional e pela conformidade sanitária/ambiental, inclusive quando houver apoio logístico de terceiros, garantindo que a mobilização, transporte e manuseio de insumos/equipamentos ocorram em condições adequadas. Os serviços poderão ser rejeitados/glosados no todo ou em parte quando em desacordo com este Termo de Referência e com a proposta, devendo ser corrigidos/reexecutados no prazo estabelecido, às custas da Contratada, sem prejuízo das penalidades;
- 23.4. Apresentar, quando solicitado, toda a documentação relativa à execução e rastreabilidade, incluindo relatório técnico por atendimento, identificação de métodos e, quando aplicável, produtos utilizados (nome/lote/validade), além de documentos técnicos pertinentes (ex.: fichas/FISPQ e POPs), necessários à fiscalização;
- 23.5. Apresentar declaração/carta de compromisso de que se responsabiliza pela correção/reexecução de serviços não conformes e pelo cumprimento integral das exigências do Termo de Referência e da tabela de itens/lotes;
- 23.6. Atender com presteza às solicitações e adotar providências para o pronto atendimento de reclamações, ocorrências e chamados corretivos, conforme prazos e condições contratuais;
- 23.7. Prestar todas as informações solicitadas pela CONTRATANTE para fins de fiscalização, medição, atesto e acompanhamento do contrato, mantendo canais de comunicação e registros organizados;

24. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

São deveres da Contratante:

- 23.1 Proporcionar todas as facilidades para que o prestador possa cumprir suas obrigações;
- 23.2 Rejeitar os serviços que não atendam às especificações deste Termo de Referência;
- 23.3 Efetuar o (s) pagamento (s) da (s) Nota (s) Fiscal (ais) / Fatura (s) da contratada, observando, ainda, as condições estabelecidas no edital de licitação;
- 23.4 Notificar a empresa, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades detectadas no referido serviço, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias;
- 23.5 Prestar todas as informações e/ou esclarecimentos que venham a serem solicitados pelos técnicos da contratada;



23.6 Efetuar o pagamento no prazo previsto, em até trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento da obrigação, na proporção das execuções efetivamente realizadas no período respectivo, segundo as autorizações expedidas pela CONTRATANTE e de conformidade com as notas fiscais/faturas e/ou recibos, devidamente atestadas pelo setor competente, observadas as condições da proposta adjudicada e da Ordem de Serviço emitida.

25. DAS PROIBIÇÕES

- 25.1. É proibida, por parte da CONTRATADA, durante a vigência do contrato firmado, contratação de empregado pertencente ao quadro de pessoal do Órgão Gerenciador e órgãos participantes deste processo;
- 25.2. A CONTRATADA fica proibida de veicular publicidade acerca do objeto da Compra, salvo se houver prévia autorização da Administração do Órgão Gerenciador deste processo;

26. DOS ANEXOS

- 26.1. ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE UNIFICADA
- 26.2. ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME E EPP
- 26.3. ANEXO III – BENEFÍCIOS PARA ME E EPP
- 26.4. ANEXO IV – DIVISÃO DE QUANTITATIVO POR DEMANDANTE

Castanhal/Pa, 14 de abril de 2026.

Elaborado por:

Ciente e aprovo:

Isabela Carvalho P. Costa
Planejamento de Licitação
Secretaria Municipal de Suprimentos e Licitações

Tatiana do Socorro Martins da Silva
Secretária Municipal de Licitações e Suprimentos



ANEXO I – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE UNIFICADA

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE UNIFICADA

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal a _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de Pregão Eletrônico nº _____, instaurado pela Prefeitura Municipal de Castanhal, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

- I - a inexistência de fato impeditivo para licitar ou contratar com a Administração Pública;
 - III - o pleno conhecimento e aceitação das regras e das condições gerais da contratação
 - IV - será exigida do licitante declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
 - V - o cumprimento das exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social
 - VI - o cumprimento do disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº 14.133/2021.
 - VII - a responsabilidade pelas transações que forem efetuadas no sistema
 - VIII - que a proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.
 - IX - que cumpre os requisitos de habilitação e que as declarações informadas são verídicas, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021.
 - X - que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;
 - XI - que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;
 - XII - que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal; e
 - XIII - que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, Lei 14.133/2021.
 - XIV - proibição de trabalho noturno, perigoso ou insalubre a menores de dezoito e de qualquer trabalho a menores de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos
 - XV - Não mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente deste órgão comprador, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o terceiro grau (Art. 14, IV, da Lei Federal nº 14.133/21)
- Declaro ainda que: a proposta apresentada para participar do Processo Eletrônico, foi elaborada de maneira independente, e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do Pregão, por qualquer meio ou por qualquer pessoa.
- Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea ou suspensa, por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.

Castanhal/PA, ____ de ____ de 2026

Representante legal
CPF nº _____



ANEXO II – MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO DE ME E EPP

DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO COMO ME OU EPP

A empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, por intermédio de seu representante legal a _____, portador da carteira de identidade nº _____ e do CPF nº _____, DECLARA, para fins para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente do procedimento de Pregão Eletrônico nº _____, instaurado pela Prefeitura Municipal de Castanhal, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro:

- I- Está regularmente enquadrada como [Microempresa/Empresa de Pequeno Porte], nos termos da Lei Complementar nº 123/2006;
- II- No último ano-calendário encerrado, sua receita bruta foi compatível com os limites legais de enquadramento;
- III- No ano-calendário da realização da presente licitação, não celebrou contratos com a Administração Pública que, somados, ultrapassem a receita bruta máxima admitida para Empresa de Pequeno Porte (R\$ 4.800.000,00), se estiver nesse enquadramento;
- IV- Está ciente de que a falsidade desta declaração sujeita a empresa às sanções previstas na legislação vigente.

A presente declaração é firmada para que produza todos os efeitos legais, atestando a veracidade das informações aqui prestadas, sujeitando-se a empresa às sanções cabíveis em caso de falsidade.

Castanhal/PA, ____ de _____ de 2026

Representante legal
CPF nº _____



ANEXO III - BENEFÍCIOS PARA ME E EPP

DO TRATAMENTO DIFERENCIADO ÀS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE (ME/EPP)

Em observância ao disposto no art. 4º da Lei nº 14.133/2021, aplicam-se às licitações públicas as regras estabelecidas nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123/2006, que asseguram às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) tratamento jurídico diferenciado, simplificado e favorecido.

Contudo, a aplicação desses benefícios observará os seguintes limites:

- I – Nas aquisições de bens e serviços em geral, não será aplicado o tratamento diferenciado quando o valor estimado do item licitado superar a receita bruta máxima de enquadramento como Empresa de Pequeno Porte, atualmente fixada em R\$ 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil reais);
- II – Nas contratações de obras e serviços de engenharia, não será aplicado o tratamento diferenciado quando o valor estimado da licitação ultrapassar o mesmo limite de receita bruta;
- III – A obtenção dos benefícios fica limitada às ME e EPP que, no ano-calendário em que se realizar a licitação, ainda não tenham celebrado contratos com a Administração Pública que, somados, excedam a receita bruta máxima admitida para o enquadramento como EPP, devendo o licitante apresentar declaração expressa nesse sentido;
- IV – Nas contratações cujo prazo de vigência seja superior a 1 (um) ano, será considerado o valor anual do contrato para efeito de aplicação dos limites acima descritos.

Assim, o enquadramento das empresas licitantes como ME ou EPP será verificado:

- Pelo faturamento do último ano-calendário encerrado, ou, em se tratando de empresa recém-constituída, pela projeção do faturamento anual com base no período de atividade já transcorrido; e
- Pela observância do limite de contratos com a Administração no ano da licitação, conforme declaração apresentada pela empresa.

DO CRITÉRIO DE DESEMPATE

Nos termos do art. 44 da LC nº 123/2006, será assegurada preferência de contratação para ME e EPP como critério de desempate.

No pregão, será considerado empate quando a proposta de ME/EPP for de até 5% (cinco por cento) superior à proposta mais bem classificada, hipótese em que a ME/EPP será convocada para apresentar nova proposta de preço inferior à primeira colocada, conforme rito estabelecido na legislação aplicável e no edital.

Exemplo prático

1) Resultado inicial da disputa (menor preço):

Empresa A (não ME/EPP): R\$ 100.000,00 → 1º lugar

Empresa B (ME/EPP): R\$ 104.000,00 → 2º lugar

Empresa C (ME/EPP): R\$ 106.000,00 → 3º lugar

2) Verificação do “empate presumido” (até 5% acima do menor preço):

5% de R\$ 100.000,00 = R\$ 5.000,00

Então, entram no empate presumido as propostas até R\$ 105.000,00.

A Empresa B (R\$ 104.000,00) está dentro do limite.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES



A Empresa C (R\$ 106.000,00) está fora.

3) Como a preferência funciona:

A Administração convoca a Empresa B (ME/EPP) para exercer o direito de preferência.

Ela precisa cobrir o melhor preço, ou seja, apresentar novo valor menor que R\$ 100.000,00.

4) Cenários possíveis:

Se a Empresa B oferecer R\$ 99.900,00 → ela passa a ser 1º lugar e vence.

Se a Empresa B não reduzir (ou não apresentar nova proposta no prazo do edital) → mantém-se a Empresa A como vencedora.

Resumo: Se uma ME/EPP ficar até 5% acima do menor preço, ela ganha a chance de dar um “último lance” para ficar abaixo do melhor valor e assumir a contratação.

DA ADOÇÃO DA PRIORIDADE DE CONTRATAÇÃO NA MARGEM DE ATÉ 10% PARA ME/EPP REGIONAL

Nos termos do §3º do art. 48 da Lei Complementar nº 123/2006, a Administração Pública poderá estabelecer, nos processos licitatórios, margem de preferência de até 10% para microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP) sediadas na região metropolitana de Belém, desde que tal medida seja previamente justificada no processo e guarde compatibilidade com os objetivos da contratação.

Diante disso, esta área técnica propõe a adoção da referida margem de preferência para ME/EPP com sede ou filial na Região Metropolitana de Belém/PA.

A presente sugestão fundamenta-se nos seguintes aspectos:

- ✓ **Desenvolvimento econômico regional:** A priorização regional no âmbito da Região Metropolitana de Belém contribui para o fortalecimento da economia regional, estimulando a geração de empregos e o adensamento da cadeia de prestadores especializados em controle de pragas e higienização, com reflexos positivos na prestação de serviços públicos.
- ✓ **Eficiência logística e operacional:** Por se tratar de serviço com execução recorrente e possibilidade de atendimentos corretivos/urgentes, empresas sediadas na RMB tendem a apresentar maior capacidade de resposta e mobilização, reduzindo custos indiretos de deslocamento e mitigando riscos de descontinuidade operacional.
- ✓ **Existência comprovada de fornecedores regionais aptos:** A pesquisa de mercado identificou a presença de empresas, inclusive ME/EPP, atuantes na RMB no segmento pertinente, demonstrando a viabilidade técnica e concorrencial da diretriz regional, sem comprometer a disputa.
- ✓ **Potencialização do impacto social da contratação:** A medida reforça o caráter indutor das compras governamentais, promovendo inclusão produtiva, fortalecimento do empreendedorismo e incentivo à formalização de pequenos negócios na Região Metropolitana de Belém, em consonância com as políticas de desenvolvimento.
- ✓ **Manutenção da competitividade e da vantajosidade:** A diretriz regional não elimina a concorrência nem restringe a participação; apenas orienta a análise mercadológica e busca ampliar a participação de fornecedores regionais — inclusive ME/EPP — mantendo a seleção da proposta mais vantajosa e exequível, com



preservação da isonomia.

FUNCIONALIDADE DO BENEFÍCIO REGIONAL DE 10%

- ✓ Durante a fase de lances, a plataforma utilizada para o certame detecta que a proposta de menor valor é de uma empresa não regional.
- ✓ Em seguida, verifica-se se há ME ou EPP regional entre os licitantes que apresentou lance com valor até 10% acima da melhor proposta.
- ✓ Se houver, a ME/EPP regional, mesmo que com o lance maior que a arrematante, será classificada em primeiro.

REQUISITOS PARA APLICAÇÃO

- ✓ A ME/EPP deve comprovar sede ou filial ativa na Região Metropolitana de Belém/PA.
- ✓ A diferença entre a proposta da ME/EPP regional e a menor proposta não pode ser superior a 10%.
- ✓ O edital deve prever expressamente a aplicação da margem de preferência regional.
- ✓ O benefício não se aplica a itens reservados exclusivamente para ME/EPP.
- ✓ A empresa precisa declarar na plataforma o porte de sua empresa, para que assim tenha acesso ao benefício (em caso de falsa declaração a empresa deverá ser desclassificada do certame).

EXEMPLO PRÁTICO

Suponha que o item 1 (SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO EM GERAL) tenha as seguintes propostas:

EMPRESA	SEDE	PORTE	VALOR PROPOSTO
Pragas LTDA	Marabá (PA)	Grande	R\$ 400.000,00
Dedetização ME	Ananindeua (PA)	ME (RMB)	R\$420.000,00
Detepraga EPP	São Luiz (MA)	EPP	R\$ 440.000,00

(Os nomes das empresas apresentados são fictícios)

- O melhor lance foi da Pragas Ltda (R\$ 400.000,00), mas a empresa não é ME/EPP e não tem sede na Região Metropolitana de Belém.
- O melhor lance da Dedetização ME, empresa regional, foi de R\$ 420.000,00, ou seja, 5% acima do menor valor ofertado.
- Como o percentual está dentro do limite de 10% estabelecido em lei, a Dedetização ME irá ser priorizada, e então passará na frente da Pragas LTDA (R\$ 400.000,00).
- Com isso, a empresa, mesmo que com um valor superior ao da arrematante, estando na margem de 10% diferenciado às ME regional, será priorizada.

DA DISPENSA DOS BENEFÍCIOS DE EXCLUSIVIDADE E COTA RESERVA DE ATÉ 25% PARA ME E EPP

Conforme dispõe a Lei Complementar nº 123/2006, em consonância com a Lei nº 14.133/2021, a Administração Pública deve, sempre que cabível, adotar medidas de tratamento diferenciado e favorecido às Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), inclusive por meio de mecanismos como a reserva de itens/lotos de até R\$ 80.000,00 para disputa



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES



exclusiva (art. 48, I) e a destinação de cota reservada de até 25% do objeto (art. 48, III), quando aplicável e conveniente ao interesse público.

No caso concreto, considerando que o certame foi estruturado com julgamento por lote, conforme a Tabela – Estrutura de lotes e valores estimados, verifica-se que todos os lotes apresentam valor estimado superior a R\$ 80.000,00. Assim, não se aplica a hipótese de exclusividade prevista no art. 48, inciso I, da LC nº 123/2006, por ausência do requisito objetivo de enquadramento do lote no limite legal, motivo pelo qual não foi adotada a reserva exclusiva para ME/EPP.

De igual modo, embora a LC nº 123/2006 preveja a possibilidade de cota reservada de até 25% (art. 48, III), concluiu-se que sua aplicação não se mostra adequada nem proporcional no presente processo, haja vista que a divisão do objeto em lotes já foi construída para assegurar homogeneidade técnica, equilíbrio econômico e eficiência na gestão da Ata, e a introdução de cotas, nesse contexto, tenderia a fragmentar artificialmente lotes homogêneos, elevar a complexidade de gestão, ampliar o risco de descontinuidade na execução e dificultar o controle de qualidade e compatibilidade, sobretudo considerando a dinâmica de contratações por demanda própria do Sistema de Registro de Preços.

Ressalta-se, por fim, que a não adoção de exclusividade por valor e de cota reservada não afasta o tratamento favorecido às ME/EPP, o qual permanece assegurado pelos instrumentos legais aplicáveis, tais como:

- a) participação em igualdade de condições em todos os lotes;
- b) aplicação dos critérios de regularização fiscal e de desempate previstos na LC nº 123/2006; e
- c) aplicação do benefício regional de 10%, previsto no instrumento convocatório, como medida de incentivo à participação de fornecedores da região, quando cabível, nos termos da legislação vigente e das condições estabelecidas no edital.

Diante do exposto, registra-se que a opção adotada é juridicamente compatível e tecnicamente justificada, por refletir a estrutura do certame por lote e preservar, de forma equilibrada, o objetivo de fomentar a participação das ME/EPP e fornecedores regionais, sem comprometer a economicidade, a competitividade e a continuidade do fornecimento no âmbito da Ata de Registro de Preços.



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES



ANEXO IV - DIVISÃO DE QUANTITATIVO POR DEMANDANTE

ITEM		UND	SEMA	SEFIN	SE- MADA	SINFRA	SEHAB	SEMA	SEMAS	SEMU- TRAN	SEMED	SEMED	SEMOB	SE- PLAGE E SUPRI	SUB-JA- DERLAN- DIA	SEMIC	QUANTI- DADE
01	SERVIÇO DE DEDETIZAÇÃO EM GE- RAL: Desinsetização, Desratização, Controle e retirada de abelhas, Controle de Caramujos e demais insetos nocivos, bem como baratas, for- migas, cupins, pulgas, carrapatos, traças, perce- vejos e escorpiões, todo e qualquer controle in- tegrado de pragas.	M²	100,00	500,00	1200,00	12000,00	457,66	50,00	19000,44	1218,00	50000,00	4000,00	30000,00	320,00	120,00	1200,00	120166,10
02	SERVIÇO DE LIMPEZA DE FORRO E CONTROLE MICROBIOLÓGICO: Certificar que não há fio desencapado no local, abrir parte do telhado para desalojar possíveis animais existentes no interior do forro, aspirar, varrer e soprar a parte interna do forro e retirar os detritos sólidos recolhidos no interior do forro.	M²	100,00	0,00	900,00	10000,00	0,00	30,00	10132,44	500,00	50000,00	0,00	1600,00	0,00	120,00	1000,00	74382,44
03	SERVIÇO DE AFUGENTAMENTO DE MORCEGOS E POMBOS EM ÁREAS IN- TERNAS E EXTERNAS DAS INSTALA- ÇÕES PÚBLICAS: vedação de vãos de acesso em forros de telhado, saí- das de tubulações de serviço e outros espaços com estrutura de tela, tapumes ou argamassas conforme a característica do local; vedação das aberturas que dão acesso aos animais; emprego de sons para afugentar a espécie (choque de es- truturas metálicas, sons miméticos de predado- res); ou outros métodos presentes no mercado e que comprovadamente mais eficazes, desde que de acordo com as normas dos órgãos ambientais.	M²	100,00	0,00	8,00	10000,00	0,00	50,00	10132,04	1218,00	50000,00	17000,00	2000,00	0,00	120,00	1000,00	91628,04
04	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 1.000 LITROS: Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hi- poclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o en- chimento do reservatório.	UNI- DADE	5,00	15,00	6,00	70,00	0,00	0,00	16,00	0,00	25,00	0,00	0,00	0,00	10,00	5,00	152,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES



05	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 2.000 LITROS: Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNI-DADE	0,00	0,00	0,00	40,00	0,00	0,00	8,00	0,00	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	73,00
06	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 3.000 LITROS: Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNI-DADE	0,00	0,00	0,00	40,00	2,00	0,00	4,00	0,00	10,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	59,00
07	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 5.000 LITROS: Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNI-DADE	0,00	0,00	0,00	40,00	0,00	1,00	2,00	2,00	5,00	0,00	3,00	0,00	0,00	0,00	53,00
08	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 6.000 LITROS: Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNI-DADE	0,00	0,00	0,00	30,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	32,00
09	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 10.000 LITROS: Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNI-DADE	0,00	0,00	0,00	25,00	0,00	0,00	2,00	0,00	2,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	29,00



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES



10	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 30.000 LITROS: Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNI-DADE	0,00	0,00	0,00	12,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,00
11	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 40.000 LITROS: Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNI-DADE	0,00	0,00	0,00	12,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,00
12	LIMPEZA E HIGIENIZAÇÃO DE CAIXAS D'ÁGUA DE 60.000 LITROS: Esgotamento dos reservatórios de água potável; retirada dos resíduos remanescentes; enxague dos reservatórios; secagem dos reservatórios não deixando nenhum resíduo; aplicação de hipoclorito de sódio em pastilhas com dosagem de acordo com a capacidade dos reservatórios e abertura do registro de abastecimento para o enchimento do reservatório.	UNI-DADE	0,00	0,00	0,00	12,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	12,00
13	SERVIÇOS DE DESRATIZAÇÃO: CONTROLAR DE FORMA ABRANGENTE A INFESTAÇÃO DE RATOS CAMUNDONGOS E RATAZANAS, COM UTILIZAÇÃO DA RATOL GRANULADO E PARAFINADO (BLOCO), GRUPO QUÍMICO: ANTICOAGULANTE DERIVADO DA HIDROXICUMARINA, INGREDIENTE ATIVO: BRODIFACOU M A 0,005% – GRAU LEVE DE INFESTAÇÃO.	M²	0,00	0,00	4,00	9000,00	0,00	30,00	9168,44	1218,00	50000,00	0,00	12000,00	320,00	120,00	1500,00	83360,44
14	SERVIÇOS DE DESRATIZAÇÃO: CONTROLAR DE FORMA ABRANGENTE A INFESTAÇÃO DE RATOS CAMUNDONGOS E RATAZANAS, COM UTILIZAÇÃO DA RATOL GRANULADO E PARAFINADO (BLOCO), GRUPO QUÍMICO: ANTICOAGULANTE DERIVADO DA HIDROXICUMARINA, INGREDIENTE ATIVO: BRODIFACOU M A 0,005% – GRAU MODERADO DE INFESTAÇÃO.	M²	100,00	0,00	600,00	9000,00	0,00	30,00	2214,72	0,00	50000,00	0,00	15000,00	0,00	120,00	1500,00	78564,72



ESTADO DO PARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE CASTANHAL
SECRETARIA MUNICIPAL DE SUPRIMENTOS E LICITAÇÕES



15	SERVIÇOS DE DESRATIZAÇÃO: CONTROLAR DE FORMA ABRANGENTE A INFESTAÇÃO DE RATOS CAMUNDONGOS E RATAZANAS, COM UTILIZAÇÃO DA RATOL GRANULADO E PARAFINADO (BLOCO), GRUPO QUÍMICO: ANTICOAGULANTE DERIVADO DA HIDROXICUMARINA, INGREDIENTE ATIVO: BRODIFACOUM A 0,005% – GRAU AVANÇADO DE INFESTAÇÃO.	M²	0,00	0,00	600,00	9000,00	0,00	30,00	2214,72	0,00	50000,00	0,00	20000,00	0,00	120,00	1500,00	83464,72
----	--	----	------	------	--------	---------	------	-------	---------	------	----------	------	----------	------	--------	---------	----------